

SUMÁRIO

Apresentação	19
Introdução	21
Capítulo I. Aspectos relevantes dos sindicatos	25
1. Gênese sindical e interesses transindividuais	25
2. Conceito de sindicato	25
3. Escorço histórico	27
3.1. Origens e evolução histórica dos sindicatos	27
3.1.1. Fase de proibição	30
3.1.2. Fase de tolerância	31
3.1.3. Fase de reconhecimento jurídico.....	32
3.2. Concepções do sindicalismo.....	34
3.2.1. Sindicalismo revolucionário	34
3.2.2. Sindicalismo de Estado	34
3.2.3. Sindicalismo cristão.....	35
3.2.4. Sindicalismo reformista	35
4. Sindicalismo no Brasil.....	36
4.1. Evolução histórica e legislativa	36
4.2. Natureza jurídica	41
4.3. Personalidade sindical e prerrogativas	42
4.4. Principais funções.....	44
Capítulo II. Os interesses transindividuais	46
1. Sociedade de massa e interesses transindividuais	46
2. Os Interesses.....	49
2.1. Conceito de interesse	49
2.1.1. Interesse simples e interesse jurídico	50
2.2. Interesses individuais.....	51
2.3. Interesse público e interesse privado.....	53
2.4. Interesse social	55
2.5. Interesses transindividuais.....	56
2.5: A — Quadro sinóptico dos interesses transindividuais	57
2.5.1. Interesses coletivos	58
2.5.1.1. Conceito e características.....	58
2.5.1.2. Interesses coletivos e interesse público.....	61

2.5.1.3. Interesses coletivos e interesses individuais de exercício coletivo	62
2.5.1.4. Quadro sinóptico dos interesses coletivos	63
2.5.2. Interesses difusos.....	63
2.5.2.1. Conceito e características.....	63
2.5.2.2. Interesses difusos e interesses coletivos.....	68
2.5.2.3. Interesses difusos e interesses legítimos	69
2.5.2.4. Quadro sinóptico dos interesses difusos	71
2.5.3. Interesses individuais homogêneos	71
2.5.3.1. Conceito e características.....	71
2.5.3.2. Interesses individuais homogêneos e interesses coletivos.....	73
2.5.3.3. Interesses individuais homogêneos e interesses difusos	74
2.5.3.4. Interesses individuais homogêneos e interesses plúrimos.....	74
2.5.3.5. Quadro sinóptico dos interesses individuais homogêneos	75
3. Imprecisão conceitual e terminológica	75
Capítulo III. O florescimento dos interesses transindividuais no campo dos direitos sociais.....	77
1. Direitos sociais e interesses transindividuais	77
1.1. Interesses transindividuais na Constituição de 1988	79
2. Interesses transindividuais nas relações de trabalho	80
2.1. Meio ambiente do trabalho.....	80
2.1.1. Escorço histórico da tutela da saúde do trabalhador	80
2.1.2. Proteção internacional do meio ambiente do trabalho	82
2.1.3. Proteção do meio ambiente do trabalho no Brasil.....	84
2.1.4. Transindividualidade do meio ambiente do trabalho.....	88
2.1.5. Dimensão atual e conceito de meio ambiente do trabalho.....	89
2.1.6. O meio ambiente do trabalho como direito fundamental.....	91
2.1.7. Instrumentos de proteção do meio ambiente do trabalho	93
2.2. Trabalho da criança e do adolescente.....	94
2.2.1. Escorço histórico	94
2.2.2. Proteção internacional da criança e do adolescente nas relações de trabalho	96
2.2.3. O trabalho da criança e do adolescente no Brasil.....	98
2.2.4. Panorama da exploração de mão de obra infantojuvenil.....	100
2.3. Procedimentos discriminatórios	103
2.3.1. Discriminação nas relações de trabalho.....	103
2.3.2. Ações afirmativas	107
2.3.3. Discriminação legítima	109
2.4. Pessoas com deficiência.....	110
2.4.1. História	110
2.4.2. Definição de pessoa com deficiência	112
2.4.3. Tutela dos direitos das pessoas com deficiência.....	114
2.5. Portadores do vírus HIV.....	118
2.6. Trabalho da mulher.....	121

2.7. Proteção à intimidade dos trabalhadores.....	125
2.8. Trabalho escravo	129
2.8.1. A escravidão na história	129
2.8.2. Formas de escravidão no Brasil contemporâneo	134
2.8.3. A específica escravidão por dívidas no Brasil	136
2.8.4. Transindividualidade dos danos decorrentes de práticas escravizatórias	139
2.9. Coação de trabalhadores e “listas negras”.....	140
2.10. Assédio moral nas relações de trabalho: uma análise jurídico-psicanalítica	142
2.10.1. Denominação e etimologia	142
2.10.2. Matizes do assédio moral nas relações de trabalho.....	143
2.10.3. Conceito de assédio moral interpessoal nas relações de trabalho	145
2.10.3.1. Elementos do assédio moral interpessoal no trabalho	146
2.10.3.2. Modalidades: assédio moral vertical, horizontal ou misto	147
2.10.4. Assédio organizacional.....	148
2.10.4.1. Assédio moral organizacional e Psicanálise: o mito de Procusto	149
2.10.4.2. Assédio moral organizacional: a empresa procustiana.....	151
2.10.5. Assédio moral e danos morais	153
2.10.6. Assédio moral e dano existencial	154
2.10.7. Assédio moral e rescisão indireta	155
2.10.8. Assédio moral e dano moral coletivo.....	155
2.11. Fraudes nas relações de trabalho: morfologia e transcendência.....	156
2.11.1. A natureza ambivalente do direito do trabalho	156
2.11.2. A fraude objetiva nas relações de trabalho	158
2.11.3. Morfologia da fraude nas relações de trabalho	159
2.11.3.1. Fraude por meio de contratos civis	159
2.11.3.2. Fraude nas relações especiais de trabalho: estágio	160
2.11.3.3. Cooperativas intermediadoras de mão de obra.	161
2.11.3.4. “Pejotização” de empregados.	164
2.11.3.5. “Socialização” de empregados.	166
2.11.4. A transcendência da fraude: danos sociais e concorrência desleal	168
Capítulo IV. Tutela de interesses transindividuais e ruptura da concepção de categoria	170
1. A recepção da concepção de categoria pela CF/88.....	170
1.1. A utilização de critérios de categorização na Sociologia	171
1.2. A definição jurídico-legal de categoria no Direito do Trabalho brasileiro.....	173
1.3. Categoria e profissão	177
2. Representação sindical e categoria.....	179
2.1. Sistemas de organização sindical: unicidade e liberdade.....	179
2.2. Liberdade sindical e categoria	182
3. A atuação sindical e a defesa dos interesses transindividuais.....	183
3.1. Os interesses da categoria como parâmetro da atuação sindical	183
3.2. A crise da concepção de categoria como parâmetro da ação sindical.....	183

3.3. A fragmentação dos interesses dos trabalhadores	187
3.4. Ruptura da concepção de categoria como parâmetro da ação sindical em face da tutela de interesses transindividuais pelos sindicatos	189
4. Categoria profissional e interesses difusos	192
4.1. A interpretação do inciso III do art. 8º da Constituição Federal de 1988, em face dos interesses transindividuais	192
4.2. A hermenêutica e a interpretação da regra constitucional do art. 8º, III, da CF/88	197
4.3. Aplicação do princípio <i>in dubio pro libertate</i>	199
Capítulo V. Legitimidade dos sindicatos para a defesa processual dos interesses transindividuais	201
1. Acesso à justiça	201
1.1. A questão do acesso à Justiça no curso da história	201
1.2. Obstáculos ao acesso à Justiça e formas de superação	204
2. A tutela processual dos interesses transindividuais	206
2.1. Modelos de representação dos interesses transindividuais em juízo	206
2.2. A atuação dos corpos intermediários	209
2.2.1. Corpos intermediários: conceito	209
2.2.2. O crescimento da legitimação processual dos corpos intermediários	210
3. A tutela processual dos interesses transindividuais no Brasil — evolução legislativa	212
4. Legitimação processual dos sindicatos para a defesa dos interesses transindividuais	216
4.1. Legitimidade <i>ad causam</i>	216
4.2. Legitimidade ordinária e extraordinária	218
4.3. Aspectos da legitimação extraordinária nas lides coletivas	221
4.3.1. Controvérsia em torno da natureza jurídica da legitimação nas lides coletivas	222
4.4. Legitimação sindical para a defesa dos interesses individuais homogêneos	223
4.5. Legitimação sindical para a defesa dos interesses coletivos	224
4.6. Legitimação sindical para a defesa dos interesses difusos	226
4.7. A expressão “interesses coletivos” da categoria como referência à aferição da <i>adequacy of representation</i> e da pertinência temática no âmbito sindical	232
4.8. Intervenção assistencial sindical em ação individual movida pelo trabalhador	234
5. Instrumentos processuais para a defesa dos interesses transindividuais dos trabalhadores	235
Capítulo VI. Dissídio coletivo	236
1. Dissídio individual e dissídio coletivo	236
1.1. Origens do poder normativo	236
1.2. Evolução legislativa no Brasil	237
1.3. Conceito de dissídio coletivo	238
1.4. Repercussões da EC n. 45/2004 no dissídio coletivo	238
1.4.1. Origem da exigência do comum acordo	239
1.4.1.1. Constitucionalidade e caracterização da experiência do comum acordo	239
1.4.2. Natureza jurídica do dissídio coletivo após a EC n. 45/2004	242
1.4.3. Subsistência do poder normativo da Justiça do Trabalho	243
2. Espécies	244
2.1. Dissídio de natureza econômica e dissídio de natureza jurídica	244
2.1.1. Permanência do dissídio coletivo de natureza jurídica após a EC n. 45/2004	245

2.2. Dissídio coletivo originário, de revisão e de extensão.....	246
2.2.1. Dissídio coletivo originário.....	246
2.2.2. Dissídio coletivo de revisão.....	246
2.2.3. Dissídio coletivo de extensão.....	248
2.2.4. Quadro sinóptico das espécies de dissídio coletivo.....	249
2.3. Dissídio coletivo de greve.....	249
2.3.1. Conceito e objeto.....	249
2.3.2. Elevação ao âmbito constitucional com a EC n. 45/2004.....	249
2.3.3. Delimitação constitucional da legitimação do MPT pela EC n. 45/2004.....	250
2.3.3.1. Quadro sinóptico.....	251
2.3.4. Legitimação do Presidente do Tribunal do Trabalho.....	252
2.3.5. Legitimação das empresas (empregadores).....	252
2.3.6. Conteúdo da decisão no dissídio coletivo de greve suscitado pelo MPT e dissídio coletivo de natureza mista.....	252
3. Natureza jurídica do dissídio coletivo quanto à pretensão.....	254
4. Pressupostos processuais específicos.....	254
5. Denominação das partes, legitimidade e o comum acordo.....	255
5.1. Legitimidade ativa.....	255
5.1.1. Natureza jurídica da atuação sindical no polo ativo.....	256
5.2. Legitimidade passiva.....	256
6. Competência.....	257
7. Requisitos específicos da petição inicial.....	257
7.1. Documentos que acompanham a inicial.....	258
8. Reconvensão.....	258
9. Oposição.....	259
10. Efeitos da revelia — configuração de concordância tácita e inexistência de confissão ficta.....	260
11. Instrução processual.....	261
11.1. Trâmite preferencial dos dissídios coletivos.....	262
12. Delegação da função conciliatória.....	262
13. Providências judiciais necessárias.....	263
14. Participação do Ministério Público do Trabalho.....	264
15. Limites ao poder normativo.....	264
15.1. Delineamento constitucional.....	264
15.1.1. A posição do Supremo Tribunal Federal antes da EC n. 45/2004.....	266
15.1.2. A expressão “vazio da lei”.....	266
15.1.3. Matérias reservadas à autonomia coletiva dos particulares.....	267
15.2. Limites do poder normativo com a EC n. 45/2004.....	268
15.3. Limites do poder normativo após a ADPF n. 323.....	270
15.4. Uma nova limitação ao poder normativo: sentença normativa antecedente.....	271
16. Alcance subjetivo da sentença normativa — coisa julgada <i>erga omnes</i>	272
17. Termos de vigência da sentença normativa.....	272
17.1. Termo <i>a quo</i> dos efeitos da sentença normativa.....	272
17.2. Termo <i>ad quem</i> dos efeitos da sentença normativa.....	272

18. Sentença normativa — coisa julgada material <i>rebus sic stantibus</i>	273
19. Recursos.....	274
19.1. Legitimidade para recorrer	275
19.2. Recurso de decisão homologatória de acordo em dissídio coletivo	275
19.3. Depósito recursal e custas processuais.....	275
19.4. Concessão de efeito suspensivo.....	276
20. Protesto judicial para asseguramento da data-base	277
20.1. Conceito	277
20.2. Natureza jurídica	277
20.3. Objetivo e efeitos.....	277
20.4. Rito processual	278
21. Jurisprudência	278
Capítulo VII. Substituição processual e ação de cumprimento	282
1. Substituição processual.....	282
1.1. Quadro sinóptico da legitimação.....	283
1.2. Quadro sinóptico das diferenças da substituição processual individual e coletiva	283
1.3. Substituição processual sindical no processo do trabalho.....	283
2. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor à substituição processual trabalhista	286
3. Ação de cumprimento: conceito	287
4. Natureza jurídica.....	288
5. Pressupostos específicos e a revogação da Súmula n. 310 do TST.....	289
5.1. Juntada da decisão ou da norma coletiva.....	290
5.2. Certidão de trânsito em julgado	290
5.3. Rol de substituídos exigido pela antiga Súmula n. 310 do TST — Desnecessidade	291
6. Objeto da ação de cumprimento: equivocidade da antiga Súmula n. 310 do TST	293
7. Legitimidade ativa.....	294
7.1. Legitimidade ativa das federações e confederações	295
7.2. Intervenção do trabalhador individual	295
8. Legitimidade passiva	296
9. Competência.....	296
10. Reconvenção	297
11. Limite ao conteúdo da defesa.....	298
12. Prazo prescricional	298
12.1. Início do prazo prescricional	298
12.1.1. Direitos decorrentes de acordos e convenções coletivas.....	298
12.1.2. Direitos decorrentes de sentença normativa	299
13. Renúncia e transação	300
14. Coisa julgada.....	300
14.1. Coisa julgada <i>erga omnes</i>	300
14.2. Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i>	300
14.3. Coisa julgada resolúvel (<i>rebus sic stantibus</i>).....	302
15. Litispêndência com a ação individual	303
16. Recursos.....	304

17. Rito sumaríssimo	304
17.1. Rito sumaríssimo e as pseudoações de cumprimento (ações para cobrança de contribuições sindicais)	304
18. Honorários advocatícios	304
Capítulo VIII. Ação civil pública	306
1. Terminologia	306
2. Conceito	307
3. Natureza jurídica	307
4. Objeto	307
4.1. Pretensões referentes ao FGTS	308
4.2. Controle de constitucionalidade e ação civil pública	310
4.2.1. Sistemas de controle de constitucionalidade	310
4.2.2. Diferenças entre ação civil pública e ação direta de inconstitucionalidade	311
4.2.3. Controle de constitucionalidade na ação civil pública	311
5. Legitimidade ativa	313
5.1. <i>Adequacy representation</i> sindical	314
5.1.1. <i>Adequacy representation</i> sindical e litisconsórcio ativo de sindicatos	314
5.2. Pertinência temática e desnecessidade de previsão estatutária para os sindicatos	315
5.3. Desnecessidade de pré-constituição sindical	316
5.4. Litisconsórcio ativo	319
5.5. <i>Amicus curiae</i> nas ações coletivas	319
6. Desistência ou abandono da ação	320
6.1. Pelos sindicatos e associações	320
6.2. Pelo Ministério Público do Trabalho	321
6.2.1. Inaplicabilidade dos princípios da obrigatoriedade e da indisponibilidade	321
6.2.2. Desnecessidade de remessa dos autos ao Conselho Superior do Ministério Público	323
7. Legitimidade passiva	323
7.1. Litisconsórcio passivo	324
8. Assistência	324
8.1. Dos colegitimados	324
8.2. Dos interessados individuais	325
8.3. Dos interessados individuais no polo passivo	326
9. Competência material	326
10. Competência funcional	327
11. Competência territorial	328
11.1. Posição da doutrina trabalhista	328
11.2. Nova redação da OJ n. 130 da SDI-II do TST	329
11.2.1. Aplicação do art. 93 do CDC às ações civis públicas	331
11.2.2. A competência territorial da ação civil pública no entendimento do TST e da processualística civil	332
11.2.3. Incompatibilidade da OJ n. 130 com os fundamentos das ações coletivas e do processo do trabalho	334

11.3. Conexão entre ações coletivas	335
11.4. Continência entre ações coletivas	336
12. Prazo prescricional	336
13. Rito processual	338
13.1. Depoimento pessoal do autor coletivo	338
13.2. Depoimento pessoal de membro do Ministério Público	339
13.3. Reconvenção	340
14. Renúncia e transação em sede de ação civil pública.....	341
15. Litispendência e coisa julgada entre ações civis públicas.....	341
16. Liminar e antecipação de tutela.....	342
17. Alcance e efeitos da coisa julgada	343
17.1. Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	343
17.2. Interesses difusos: coisa julgada <i>erga omnes</i> e <i>secundum eventum probationis</i>	344
17.2.1. Quadro sinóptico da coisa julgada nos interesses difusos.....	344
17.3. Interesses coletivos: coisa julgada <i>ultra partes</i> e <i>secundum eventum probationis</i>	345
17.3.1. Quadro sinóptico da coisa julgada nos interesses coletivos	345
17.4. Transporte <i>in utilibus</i> da coisa julgada coletiva	346
17.5. Ineficácia da limitação territorial da coisa julgada imposta pela Lei n. 9.494/97.....	347
18. Conteúdo da condenação.....	349
19. Do fundo para reparação dos bens lesados.....	349
20. Inquérito civil público	350
21. Importância da inspeção do trabalho	351
22. Recursos.....	351
22.1. Legitimidade para recorrer	352
22.2. Depósito recursal e custas processuais.....	352
22.3. Desistência e renúncia do recurso.....	352
23. Honorários advocatícios	352
Capítulo IX. Ações coletivas para a tutela dos interesses individuais homogêneos	354
1. Terminologia	354
2. Conceito e previsão legal	355
3. Natureza jurídica.....	356
4. Objeto	356
5. Ação Coletiva e Ação de Cumprimento: diferenças.....	357
6. Ação Coletiva e Ação Civil Pública: diferenças.....	357
6.1. Diferenças meramente didáticas e doutrinárias.....	357
6.2. Principais diferenças	358
6.2.1. Quanto à natureza da legitimação ativa	358
6.2.2. Quanto aos objetos imediato e mediato da pretensão	359
6.2.3. Fungibilidade das ações coletivas.....	359
6.3. Quadro sinóptico das diferenças didáticas entre ação civil pública e ação coletiva para a tutela de interesses individuais homogêneos.....	360

7. Ação Coletiva e litisconsórcio multitudinário: diferenças	360
7.1. Diferenças materiais	361
7.2. Diferenças processuais	362
7.2.1. Origem da pluralidade	362
7.2.2. Convergência de pedidos	362
7.2.3. Necessidade de identificação dos indivíduos	363
7.2.4. Legitimação ativa	363
7.2.5. Configuração de litispendência	363
7.2.6. Autonomia para os atos processuais	363
7.2.7. Uniformidade da decisão	364
7.2.8. Alcance e efeitos da coisa julgada	364
7.2.9. Quadro sinóptico das diferenças entre a ação coletiva e o litisconsórcio multitudinário	365
8. Legitimidade ativa	366
8.1. Legitimados ativos	366
8.2. Ministério Público do Trabalho e interesses individuais homogêneos	366
8.3. Natureza jurídica da legitimidade ativa	368
8.4. Legitimidade ativa das federações e confederações	369
8.5. Legitimidade ativa das centrais sindicais	369
8.6. Legitimidade ativa das associações profissionais e unicidade sindical	370
8.7. Litisconsórcio ativo	371
8.7.1. Dos colegitimados	371
8.7.2. Dos trabalhadores individuais	371
9. Legitimidade passiva	372
10. Competência material e funcional	372
11. Competência territorial	372
12. Prazo prescricional	373
12.1. Momento de arguição do prazo prescricional	374
13. Rito processual	374
14. Reconvenção	375
15. Contumácia e revelia	376
16. Renúncia e transação em sede de ação coletiva	376
17. Litispendência, conexão e continência com as ações individuais	377
17.1. Litispendência com as ações individuais	377
17.2. Interrupção do prazo prescricional das ações individuais	377
17.3. Conexão e continência com as ações individuais	378
17.4. Quadro sinóptico da concomitância de ações coletivas e demandas individuais	379
18. Litispendência e coisa julgada entre ações coletivas	379
19. Assistência	380
19.1. Dos colegitimados e outros	380
19.2. Dos trabalhadores individualmente considerados	380
19.2.1. Limitação do objeto da intervenção individual	381
19.2.2. Natureza <i>sui generis</i> da intervenção assistencial individual	382

20. Participação do Ministério Público do Trabalho	383
21. Publicação de edital e publicidade.....	383
22. Concessão de liminar e antecipação de tutela	384
23. Sentença genérica.....	384
24. Coisa julgada <i>erga omnes</i> e <i>secundum eventum litis</i>	385
24.1. Quadro sinóptico da coisa julgada coletiva.....	387
25. Ineficácia do art. 2º-A da Lei n. 9.494/97	388
26. Inquérito civil público e compromisso de ajustamento de conduta.....	389
27. Recursos.....	389
27.1. Depósito recursal, custas e honorários advocatícios.....	389
27.2. Desistência e renúncia do recurso.....	390
28. Peculiaridade da execução em ação coletiva	390
29. Modalidades de execução	391
29.1. Juízo competente para a execução.....	391
30. Restrição à conversão em perdas e danos das obrigações de fazer	392
31. Preferência dos créditos oriundos das ações coletivas.....	392
32. <i>Fluid recovery</i>	393
33. Quadro sinóptico dos principais aspectos das ações coletivas para a tutela de interesses individuais homogêneos	395
Capítulo X. Mandado de segurança coletivo	396
1. Conceito.....	396
2. Natureza jurídica e previsão legal	396
3. Cabimento e pressupostos.....	397
4. Objeto — a tutela de interesses transindividuais.....	397
5. Modalidades	399
6. Legitimidade ativa.....	399
7. Legitimidade passiva	400
8. Competência.....	401
9. Procedimento e disciplina legal	401
9.1. Concessão de liminar.....	402
10. Litispendência com as ações individuais.....	402
11. Natureza jurídica do provimento jurisdicional.....	402
12. Alcance e efeitos da coisa julgada	403
13. Recursos.....	403
14. Honorários advocatícios	404
Capítulo XI. Mandado de injunção coletivo.....	405
1. Mandado de injunção: Conceito	405
1.1. Modalidades.....	405
2. Mandado de injunção coletivo	405
3. Natureza jurídica.....	406
4. Cabimento e pressupostos.....	406
4.1. Objeto.....	407

5. Disciplina legal.....	407
5.1. Concessão de liminar.....	408
6. Legitimidade ativa.....	408
7. Legitimidade passiva.....	409
8. Competência.....	409
8.1. Competência da Justiça do Trabalho.....	410
9. Conteúdo do provimento jurisdicional.....	411
9.1. Correntes concretista e não concretista.....	411
9.2. Direito de greve do servidor público — posição concretista.....	412
9.3. Aposentadoria do servidor público — posição concretista.....	412
9.4. Conteúdo do provimento jurisdicional na Lei n. 13.300/2016.....	413
10. Alcance e efeitos da coisa julgada.....	413
10.1. No mandado de injunção individual.....	413
10.2. No mandado de injunção coletivo.....	414
10.3. Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	414
10.4. Coisa julgada <i>rebus sic stantibus</i>	414
10.5. Litispendência com as ações individuais.....	415
11. Recursos.....	415
Capítulo XII. Tutela provisória coletiva.....	416
1. Tutela provisória e ações coletivas.....	416
2. Tutela provisória: Conceito e objetos.....	417
2.1. Tutela provisória antecipada nas ações coletivas.....	417
2.2. Tutela provisória cautelar nas ações coletivas.....	417
3. Espécies.....	418
3.1. Incidental e antecedente.....	418
3.2. Nominadas e inominadas.....	418
3.3. Quadro sinóptico das tutelas provisórias.....	419
4. Cabimento no âmbito das ações coletivas.....	419
5. Perda de eficácia da tutela provisória antecedente.....	420
6. Algumas tutelas provisórias cautelares específicas e hipóteses fáticas de cabimento nas lides coletivas ..	420
6.1. Antecipação de provas.....	420
6.1.1. Conceito.....	420
6.1.2. Antecipação de provas nas ações relacionadas ao meio ambiente do trabalho.....	421
6.2. Busca e apreensão.....	421
6.2.1. Conceito.....	421
6.2.2. Busca e apreensão nos casos de listas negras.....	422
6.3. Arresto.....	422
6.3.1. Conceito.....	422
6.3.2. Arresto nas lides coletivas para pagamento de verbas rescisórias.....	422
6.4. Sequestro.....	423
6.4.1. Conceito.....	423
6.4.2. Sequestro nas lides coletivas.....	423
6.5. Quadro sinóptico das tutelas provisórias de urgência cautelares.....	423

Capítulo XIII. Ação anulatória de cláusulas convencionais	424
1. Conceito e denominação	424
2. Previsão legal	424
3. Competência funcional	424
4. Legitimidade	425
5. Natureza do provimento jurisdicional e tutela inibitória	426
6. Recursos.....	426
Capítulo XIV. Interditos proibitórios e direito de greve	427
1. Interdito proibitório.....	427
1.1. Etimologia	427
1.2. Conceito e previsão legal.....	427
1.2.1. Quadro sinóptico dos interditos	428
1.3. Natureza jurídica	428
1.4. Objeto.....	428
2. Competências material e funcional da Justiça do Trabalho.....	429
3. Legitimidade	431
4. Análise crítica do instituto	432
4.1. Proteção da posse <i>versus</i> tutela da atividade empresarial.....	432
4.2. Interdito proibitório como ato antissindical: reminiscência das injunções do direito norte-americano... 434	
4.2.1. Quadro sinóptico: interdito proibitório como ato antissindical.....	438
4.3. (In)competência das Varas do Trabalho para interditos proibitórios em caso de greve (lides coletivas)... 438	
4.4. Existência de instrumento processual próprio e específico na Justiça do Trabalho	441
4.4.1 Quadro sinóptico: conflito coletivo de greve x questão possessória	443
Referências	444